

a fazer deveria ser outra: terá o estado legitimidade para proibir que alguém me ajude a morrer se for essa a minha decisão e a decisão de quem se presta a ajudar-me? Mais ainda: donde deriva uma espécie de dever de viver até à última, ou de até à última manter a possibilidade de contacto com outras pessoas e das outras pessoas conosco, que parece ser sempre um implícito do discurso de H. (ver a sua opção pelo ‘sono induzido’ quando a pessoa doente se encontra com uma grande dificuldade em aceitar o seu estado)? Trata-se de questões cujo desenvolvimento não cabe naturalmente no âmbito de uma recensão, mas com que seria interessante confrontar H. Mais fundamentalmente, resta-nos esperar que livros como este, reflexivo, por vezes quase diário e sempre mais ou menos perturbador pela densidade das situações humanas para que remete, incentive em Portugal a reflexão em torno das temáticas do fim de vida, contribuindo para que, também aqui, haja pelo menos um direito real aos cuidados paliativos e não uma situação de abandono e solidão daquelas e daqueles que estão para morrer ou irão morrer um dia, como é obviamente o caso de todos/as nós.

Laura Ferreira dos Santos
Universidade do Minho

Zygmunt Bauman & Keith Tester. 2001. *Conversations with Zygmunt Bauman*. Cambridge: Polity Press. 165 pp. ISBN: 0-7456-2664-5.

Zygmunt Bauman, polaco radicado em Inglaterra, é um dos mais interessantes e proeminentes sociólogos contemporâneos. Neste livro, Keith Tester entretém com ele cinco conversas que se propõem relevar as correntes profundas que têm conduzido o seu pensamento, sintetizar e comentar conceitos-chave presentes nos seus livros e reflectir sobre o significado e o impacto da sua vasta obra.

Previamente, na Introdução, Tester faz o enquadramento da postura e da obra de Bauman. Não se trata de uma biografia, porquanto Bauman justamente se recusa a falar de si próprio. Esta recusa é um modo de resistir ao ‘declínio do homem público’ (denunciado por Richard Sennett nos anos 80 em obra com o mesmo título). Para

Bauman, ‘a prática do pensamento social requer que vamos para além das nossas próprias vidas e subordinemos essa história a algo publicamente mais importante’ (p. 5).

A Conversa 1 – ‘Contexto e Horizontes Sociológicos’ – põe-nos a par das bases sociológicas da sua formação intelectual – pouco convencionais e sem qualquer reverência para com os autores clássicos (as várias referências a Durkheim ao longo do livro assumem quase sempre um pendor crítico) – e da apreciação que faz sobre algumas vertentes da sociologia do século XX – o marxismo humanista, o diálogo entre o Ocidente e o Leste nos anos 60, a sociologia americana, a tradição cultural crítica europeia e o comentário a alguns sociólogos e filósofos contemporâneos que considera mais marcantes. De entre os muitos autores citados ao longo do livro, destacuem-se as referências a Ernst Bloch, Cornelius Castoriadis, Mary Douglas, Anthony Giddens, Emmanuel Levinas e Richard Sennett.

A obra de Bauman é marcada por um forte compromisso moral com os que sofrem. A Conversa 2 – ‘Ética e Valores Humanos’ – equaciona social e culturalmente os conceitos de moral, ética, utopia, liberdade, justiça e amor. Bauman ultrapassa o velho dilema sobre a bondade ou maldade da ‘natureza’ humana considerando que é a moralidade o que a caracteriza. Entende a moralidade como uma forma de conhecimento que assume duas vertentes: a experiência do bem e do mal e a consciência de que as coisas podem ser diferentes daquilo que são. Moralidade e ética são coisas distintas – a moralidade é inerente ao ser humano, ao passo que a ética é própria da vida social, entendida esta como uma ‘escolha coordenada’ colectivamente (p. 45). É a realidade socialmente produzida que tem de se justificar eticamente a conduta humana e não o contrário. Neste ponto, subverte a concepção durkheimiana da moral como um produto social e um meio de controlo social, apoiando-se em pesquisas como a de Nechama Tec’s que demonstrou que as pessoas que se deixam tocar pelo sofrimento alheio e se ariscam a si próprias para ajudar os que sofrem provêm de todas as ‘categorias sociais’ (p. 53).

A justiça é outro dos conceitos e preocupações políticas mais fortes em Bauman e tratadas detalhadamente em vários pontos do livro. Considera que o grande desafio actual

aos padrões de moralidade e de justiça é o de as instituições políticas de controlo democrático apanharem a rápida globalização dos poderes económicos. O desenvolvimento de base tecnológica operou uma extensão do impacto das nossas acções à escala global. Mas essa extensão ainda não foi dada pelo impulso moral, o qual é ‘um viajante pobre, curto de vistas e duro de ouvido’ (p. 130). Muito embora saibamos já o que fazer e o que não fazer para evitar a humilhação económica, as guerras, a fome e a poluição – para as quais todos nós contribuimos mais ou menos directamente – faltam as agências capazes de o levar a cabo. É a separação actual entre a responsabilidade política e os valores culturais que incapacita este tipo de acção. Não é, portanto, um problema de conhecimento, mas um problema de acção, de se construírem as pontes que liguem esse conhecimento e os sentimentos morais relacionados à condição humana.

Quanto à Conversa 3 – ‘A Ambivalência da Modernidade’ – vale a pena destacar o conceito de ‘modernidade líquida’. Para Bauman, o que caracteriza as sociedades contemporâneas é a liquidificação da vida social. Sólidas nos primeiros tempos da modernidade, as instituições e estruturas da vida social fazem-se e desfazem-se cada vez mais fácil e rapidamente, levando a uma fragmentação e descomprometimento também crescentes na vida dos indivíduos. A dilapidação da confiança institucional começa por abalar a confiança dos indivíduos uns nos outros e, depois, em si próprios. A incerteza e insegurança tornam-se veículos de integração sistémica, gerando enormes volumes de tensão e ansiedade que as tradicionais agências ligadas ao estado não conseguem resolver nem aliviar. Em todos os sectores da vida social se pode observar um derrame de responsabilidades, sendo a dianteira deste processo dada pela cedência de tarefas do estado para o mercado.

Aliás, é no modo como funciona actualmente o mercado que Bauman atribui a raiz dos principais problemas da nossa sociedade, o que é analisado sobretudo na Conversa 4, designada ‘Individualização e Sociedade de Consumo’. O consumo tornou-se o nosso modo de vida fundamental e ‘lutar por permanecer no jogo consumista (...) é um modo de perseguir o eterno sonho humano de dignidade’ (p. 115). Para os excluídos deste jogo – excluídos em primeira instância pelo pró-

prio mercado – não restam grandes bases para reclamarem dignidade. Nas nossas sociedades, os pobres não só não têm nenhuma função social, como também não estabelecem entre si laços de solidariedade, pelo que se encontram incapacitados de encetar uma acção colectiva. No entanto, a ideologia dominante é a de que as nossas sociedades oferecem uma tão ampla gama de escolhas possíveis que se torna suposto todos podermos encontrar as soluções adequadas para os nossos problemas. Os que falham são responsabilizados e, por vezes, criminalizados pela sua falha e, para eles, não existe um lugar na estrutura social. Mas esta ideologia escamoteia o facto de que muitos pura e simplesmente não dispõem dos recursos mínimos indispensáveis a uma vida digna. Para além disso, se é verdade que a nossa sociedade muito fez no campo da oferta de opções à disposição dos indivíduos, já o mesmo não se pode dizer quanto à arte de escolher entre elas. É, pois, toda uma imensa pressão para que cada um encontre a solução biográfica para problemas que são sistémicos na sua raiz e que, por isso, só socialmente podem ser resolvidos. Mas a individualização é um processo que se auto-propaga e se auto-intensifica, o que mina a possibilidade de agir colectivamente. A promessa de que a cura para qualquer problema está à nossa espera numa qualquer loja leva à perda de habilidade para discutir e negociar com os outros as soluções e lidar com os problemas torna-se uma actividade solitária – ‘a ascensão do consumidor é a queda do cidadão’ (p. 115).

Na última conversa, designada ‘Política’, Bauman desenvolve outros temas, para além das articulações políticas da moralidade e da justiça, já apresentadas acima. Em particular, revela o seu cepticismo quanto ao movimento comunitário, considerando que constitui uma ameaça aos Direitos Humanos, entendidos estes em primeiro lugar como o direito à diferença e ao respeito por essa diferença. Critica também o multiculturalismo, pela concepção fixa de cultura que lhe subjaz. Analisa ainda as consequências não intencionais da acção política e como é ou não é possível antecipá-las e lidar com elas.

Nas últimas páginas do livro, apresenta a sua perspectiva sobre o papel da sociologia na mudança do mundo, que considera um papel de mudança das consciências. É através do diálogo com a experiência de ho-

mens e mulheres livres que a reflexão social pode penetrar e transformar a realidade. Contudo, este diálogo não pode ser visto como uma alternativa à tarefa de travar as forças cegas – globalização económica, polarização e exclusão sociais, etc. – que ameaçam a humanidade.

O pensamento de Bauman, embora fascinante – até pela linguagem que emprega, muito impressiva e onde proliferam as metáforas, incluindo bíblicas – é, infelizmente, de uma negritude que quase toca a desesperança. Mas, não pretendendo ser uma conceptualização total e acabada da vida social, deixa-nos também muito espaço para articular a sua visão da modernidade, do destino e da sociedade com outras perspectivas que se afigurem mais positivas.

Maria João Barata

Instituto Superior Miguel Torga

Susana Duarte. 2002. *Saberes de Saúde e de Doença: Por que Vão as Pessoas ao Médico?* Coimbra: Quarteto. 130 pp. ISBN: 972-8717-19-9.

A saúde e a doença pertencem ao mesmo continuum e não devem ser interpretadas de forma dissociada. Além disso, a convicção do pensamento crítico actual é que a saúde e a doença não são apenas fenómenos biológicos ou patogénicos, mas, igualmente, construídas no campo das relações sociais. Susana Duarte refere, neste sentido, especificamente, que a ‘procura de cuidados de saúde é um acto social’ (p.16). No seu livro, aborda o fenómeno da doença, focando aspectos culturais e da representação social do corpo e da saúde que condicionam a percepção da doença e as razões que levam as pessoas a procurar os serviços de saúde. A autora é docente da Escola Superior de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca de Coimbra e o trabalho resulta da dissertação de mestrado em saúde pública, na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, ‘uma pesquisa realizada com o objectivo de responder a uma simples pergunta: Porque vão as pessoas ao médico? Em que momento optam por tal acção? Em função de que parâmetros?’ (p.18).

O livro é dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, discute-se a saúde como um direito humano, ‘um direito antigo

e fundamental da população, direito esse constitucionalmente consignado’ (p.25). Esta abordagem é fundamentada na ideia de que o direito à saúde não é apenas da cultura dos tempos modernos, mas esteve, de alguma forma, presente em diferentes épocas históricas, associado à procura de cuidados e à preservação da vida. O modelo biomédico e suas respectivas críticas são apresentadas no segundo capítulo, ‘Saúde e Doença na Modernidade’. Citando Boaventura de Sousa Santos, Susana Duarte define a medicina ocidental como sendo muito especializada e afirma que a ‘hiper especialização do saber médico transformou o doente numa quadrícula sem sentido quando, de facto, nunca estamos doentes senão em geral’ (p.32; itálico original). As críticas ao modelo são sobretudo baseadas no sentimento de onnipotência, assumindo as disfunções humanas como resultantes de uma causalidade linear. As fronteiras entre saúde e doença não são definidas, pois estão dependentes de considerações culturais, sociais e psicológicas. O corpo humano não deve ser conceptualizado como uma ‘máquina bioquímica’ (p.32; itálico original).

O terceiro capítulo, designado ‘Cultura e Representação Social da Saúde e da Doença’, focando, em particular, os padrões de apresentação dos sintomas e a procura de cuidados que adquirem significado, quando relacionados com o ambiente social, cultural e psicológico de origem. Consequentemente, o comportamento clínico do doente varia nas seguintes dimensões: ‘na especificidade das queixas; na natureza da sua ansiedade face ao prognóstico da doença; no enfoque em órgãos ou sistemas particulares; na resposta às estratégias terapêuticas’ (p.54).

No último capítulo, a autora faz a descrição do estudo exploratório que realizou, bem como a apresentação e discussão dos resultados. A amostra é constituída por 50 indivíduos, utentes de Centros de Saúde dos Olivais e de Mira, com idades compreendidas entre os 18 e 65 anos de idade. A técnica de recolha de dados utilizada foi a entrevista semi-estruturada. Susana Duarte confronta os seus resultados com outros obtidos por diversos autores em estudos similares.

Dependendo da fase da vida e da classe social, as pessoas recorrem ou não às consultas. A questão, mais uma vez, é que a percepção de estados de saúde e de doença não são iguais para todos. Na sua investigação, a